

13.3 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas para consulta na Secretaria-Geral, na morada abaixo indicada, sem prejuízo dos demais meios de publicação aplicáveis, nos termos dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Formalização das candidaturas:

14.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel branco, normalizado, nos termos do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, dirigido à secretária-geral do Ministério da Justiça, podendo ser entregue pessoalmente no serviço de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, sita na Rua do Ouro, 6, 1149-019 Lisboa, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, ou remetidas pelo correio, registadas com aviso de recepção, em envelope fechado, com a referência «Concurso interno de acesso geral para a carreira técnica superior, categoria de técnico superior principal, área funcional — assessoria técnico-jurídica», até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas.

14.2 — No requerimento de admissão deverão constar obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do concorrente (nome, filiação, número e validade do bilhete de identidade e serviço que o emite, número de identificação fiscal, residência, código postal e telefone para contacto);
- b) Habilitações literárias;
- c) Identificação do lugar a que se candidata, com indicação da referência do concurso, número do aviso e número e data do *Diário da República* em que o mesmo é publicado;
- d) Identificação da categoria detida e área funcional onde exerce funções;
- e) Identificação dos documentos que acompanham o requerimento de admissão ao concurso.

14.3 — O requerimento de admissão deverá ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae*, actualizado, datado e assinado, do qual conste a experiência profissional, com indicação das funções mais relevantes para o lugar a que se candidata e de quaisquer outros elementos que o candidato entenda indicar para a apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia simples de documento autêntico ou autenticado das habilitações literárias;
- d) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a natureza do vínculo à função pública e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, expressa em anos, meses e dias;
- e) Declaração, emitida pelo serviço ou organismo onde foram exercidas as funções, com descrição das tarefas e responsabilidades cometidas ao funcionário;
- f) Documentos comprovativos da formação profissional, com indicação da duração das acções de formação, bem como da entidade que as promoveu; outros documentos comprovativos das situações invocadas pelos candidatos e susceptíveis de influírem na avaliação ou que constituam motivo de preferência legal;
- g) Fotocópias completas das fichas de notação/avaliação de desempenho, reportadas aos últimos três anos de serviço classificados.

14.4 — Os candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça estão dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas b), c), f) e g) do número anterior, desde que os mesmos se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais e desse facto façam menção no próprio requerimento.

14.5 — O júri poderá exigir a qualquer candidato a apresentação de documentação comprovativa das suas declarações.

14.6 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

15 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente — Licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, director de serviços.

Vogais efectivos:

- 1.º Licenciada Maria do Rosário Lagarto Pereira, chefe de divisão, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.
- 2.º Engenheiro Mário Jaime da Silva Mesquita, chefe de divisão.

Vogais suplentes:

- 1.ª Licenciada Maria do Céu Marques Barata Lima Pires, técnica superior.

2.ª Licenciado Vítor Manuel Salgueiro António, chefe de divisão.

6 de Abril de 2005. — A Secretária-Geral, *Ana Vaz*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 8790/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por meu despacho de 28 de Janeiro de 2005:

José Júlio Celas Fernandes, escrivão-adjunto, do Tribunal da Comarca do Bombarral — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escrivão de direito, no período de 20 de Abril a 7 de Maio de 2004.

7 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 8791/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Licenciado Joel António Fernandes Serra Henriques, técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior de serviço social, escalão 2, índice 415, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência — transferido, como técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior de reeducação, para o mesmo escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8792/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Maria Regina Ramos Garcia Costa, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8793/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 23 de Março de 2005, no exercício de competência delegada:

Rute Maria Leite Silva Cabral, assistente administrativa principal, escalão 1, índice 222, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, requisitada nesta Direcção-Geral desde 10 de Novembro de 2003 — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8794/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 10 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Sofia Silva Valente, assistente administrativa especialista, escalão 1, índice 269, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão — transferida, com a mesma categoria, escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

28 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Despacho (extracto) n.º 8795/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Vítor João Pedrosa Agostinho, enfermeiro graduado, escalão 4, índice 165, do quadro de pessoal do Hospital de Santo André, S. A., — transferido, com a mesma categoria, escalão e índice, para

o quadro de pessoal dos serviços externos desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

29 de Março de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 8796/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Abril de 2005 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária:

Licenciado Virgílio Martins Oliveira, assessor principal do quadro de pessoal do Instituto Português da Qualidade — transferido como especialista superior de escalão 4 para o quadro da Polícia Judiciária. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Abril de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Despacho (extracto) n.º 8797/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Fevereiro de 2005 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça:

Mestre António Alberto Gomes de Almeida Gonçalves Nadais, inspector superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça — nomeado inspector superior principal do mesmo quadro, nos termos conjugados do artigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 112/2001, de 6 de Abril, e artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 101/2001, de 29 de Março, e dos artigos 29.º e 30.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos reportados a 30 de Março de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2005. — A Subinspectora-Geral, *Teresa Bessa*.

Rectificação n.º 636/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 4 de Março de 2005, a p. 3355, o despacho (extracto) n.º 4697/2005 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho, sob proposta do inspector-geral dos Serviços de Justiça e obtida a anuência do Ministro de Estado e das Actividades Económicas e do Trabalho — nomeada, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005» deve ler-se «assessora principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Actividades Económicas e do Trabalho — nomeada, sob proposta do inspector-geral dos Serviços de Justiça e obtida a anuência do Ministro de Estado e das Actividades Económicas e do Trabalho, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005».

8 de Abril de 2005. — O Inspector-Geral, *António Nadais*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 8798/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, autorizo o pessoal do meu Gabinete a deslocar-se em serviço oficial, no território nacional, bem como o pagamento das despesas inerentes a tais deslocações, sempre que se torne necessário, durante o ano de 2005.

2 — Ao abrigo do disposto no artigo 27.º, n.º 3, alínea c), e no artigo 34.º, ambos do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, autorizo o pessoal administrativo, auxiliar e motoristas do meu Gabinete a prestar trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado, sempre que o volume de trabalho e a necessidade de dar resposta às múltiplas solicitações o exija, até final do corrente ano.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8799/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Gaspar Fernando Freitas Lopes, encarregado de pes-

soal auxiliar do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, para exercer funções de apoio administrativo no meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8800/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de Maria Adelina Dores Silva Lopes, auxiliar administrativa do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, para exercer funções de apoio administrativo no meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8801/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino a requisição de António Cameira Brito, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, para exercer funções de motorista do meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8802/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Cristina Maria Jorge Rodrigues Lisboa Belo, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer funções de coordenação administrativa no meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8803/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria Antónia de Jesus Lobo Aguiar, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva e Planeamento, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8804/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Marisa Antónia Rodrigues Moreira Palhares Monteiro Torres, assistente administrativa especialista do Instituto do Ambiente, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8805/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino o destacamento de Maria José Firmino de Jesus, assistente administrativa especialista, do quadro de pessoal do Instituto da Conservação da Natureza, para exercer funções de apoio administrativo ao meu Gabinete.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 8806/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer as funções de minha secretária pessoal Nazaré Rosa Maria de Sousa Alves, técnica profissional especialista principal, para o efeito destacada à Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

12 de Março de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.